

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Isis Karolina Fernandes Cruz (IC)¹; Teone de Jesus Lima (IC)¹;

Instituto Federal do Maranhão (IFMA) – iisis.cruzz@gmail.com

INTRODUÇÃO

Foi a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, que um novo desafio foi lançado às escolas e aos professores – trabalhar com alunos que apresentam algum tipo de deficiência na escola comum do ensino regular. O questionamento da inclusão escolar surge no cenário contemporâneo como uma nova opção educacional, questionando e organizando as antigas políticas públicas da Educação Especial. Entre tais medidas destacamos a perspectiva de se adotar um caminho mais efetivo para a política de educação inclusiva, que vem sendo citada em todos os documentos oficiais do Ministério da Educação. Segundo Mariana Silveira Rodrigues Almeida, consultora em Educação Inclusiva Psicóloga e Pedagoga,

“O Aluno com deficiência intelectual tem uma maneira própria de lidar com o saber que, invariavelmente, não corresponde ao ideal da escola, tal como ainda é concebido pela esmagadora maioria das pessoas”.

São considerados alunos com necessidades educacionais especiais aqueles que, no decorrer do processo educacional, apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo do desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares. Em 1996 com a aprovação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) a educação teve por direito acesso a todos, que a partir daí propiciou grande avanço no sistema educacional no Brasil, visando que a escola se torne um ambiente de participação social, valorizando a democracia, o respeito, a pluralidade cultural e a formação do cidadão, dando mais essência e significado para os educandos.

No entanto, foi a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, que um novo desafio foi lançado às escolas e aos professores – trabalhar com alunos que apresentam algum tipo de deficiência na escola comum do ensino regular.

O Brasil promulga a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (ONU/2006), por meio do Decreto n.º. 6949/2009, assumindo o compromisso de assegurar o acesso das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusive em todos os níveis e de adotar medidas que garantam as condições para sua efetiva participação, de forma que não sejam excluídas do sistema educacional geral em razão da deficiência.

O curso Educação Especial: atualidades e tendências do processo inclusivo para a pessoa com deficiência intelectual visam a identificar, analisar e discutir criticamente os fundamentos, as implicações e a ação pedagógica para a prática inclusiva em casos de Necessidades Educacionais Especiais (NEE), especificamente ligados à Deficiência Intelectual, operacionalizando os conteúdos estudados como instrumentos para a atuação profissional nesse contexto, na medida em que se constrói uma perspectiva científica e se desenvolve a postura de profissional pesquisador em Educação Especial. Esta dificuldade em definir de forma clara o conceito de deficiência intelectual tem sido consequências muito marcantes no modo como as pessoas em geral e as organizações e instituições sociais tem lidado com a deficiência. O medo faz a diferença ao desconhecido é responsável, em grande parte, pela discriminação que a escola e a sociedade promovem.

Relativamente às pessoas com deficiência em geral, mas muito particularmente as pessoas com deficiência mental. As principais causas são: Deficiência intelectual dos pais diagnóstico tardio, serviços educacionais inadequados, o funcionamento intelectual subnormal que se origina durante o período de desenvolvimento possui múltiplas etiologias potenciais, incluindo defeitos genéticos e lesões perinatais (pouco antes do nascimento).

A deficiência intelectual é a limitação em pelo menos duas das seguintes habilidades: comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho. O termo substituiu "deficiência mental" em 2004, por recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU), para evitar confusões com "doença mental", que é um estado patológico de pessoas que têm o intelecto igual da média, mas que, por algum problema, acabam temporariamente sem usá-lo em sua capacidade plena.

As causas variam e são complexas, englobando fatores genéticos, como a síndrome de Down, e ambientais, como os decorrentes de infecções e uso de drogas na gravidez, dificuldades no parto, prematuridade, meningite e traumas cranianos. Os Transtornos Globais de Desenvolvimento

(TGDs), como o autismo, também costumam causar limitações. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 5% da população mundial tem alguma deficiência intelectual. Segundo a professora Anna Augusta Sampaio de Oliveira,

“Há crianças que reproduzem qualquer palavra escrito no quadro, mas não conseguem escrever sozinhas por não associar que aquelas letras representem o que ela diz”..

A prática inclusiva é diferente daquelas que habitualmente encontramos nas salas de aula, em que o professor escolhe e determina uma atividade para todos os alunos realizarem individualmente e uniformemente, sendo que os alunos com deficiência intelectual propõe uma atividade facilitada sobre o mesmo assunto ou ate mesmo sobre outro completamente diverso.

Por exemplo, enquanto o professor pede a todos os alunos que preencham uma ficha sobre os planetas do sistema solar, a falta de preparo e imaginação do professor não afeta só o aluno com deficiência intelectual, de fato prejudica todos os outros alunos. O professor pode organizar e elaborar textos, maquetes, pesquisa em livros e revistas e pedir aos alunos, incluindo os com deficiência intelectual que se distribuisse em uma dessas diferentes atividades.

O trabalho almeja discutir e verificar através de pesquisa (questionário) quais as maiores dificuldades que os professores enfrentam em lecionar aulas para alunos com deficiência intelectual, em especial a alfabetização, uma vez que os professores tem que ter uma ajuda a mais da escola através de cursos de aperfeiçoamento para conseguirem êxito em alfabetizar os seus alunos. No entanto, foi a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, que um novo desafio foi lançado às escolas e aos professores – trabalhar com alunos que apresentam algum tipo de deficiência na escola comum do ensino regular. Essa nova concepção da deficiência intelectual implica em transformações importantes no plano de serviços e chama a atenção para as habilidades adaptativas, considerando-as como um ajustamento entre as capacidades dos indivíduos e as estruturas e expectativas do meio em que vivem, aprendem, trabalham.

A evolução dos conceitos de incapacidade e inadaptação, em que esta ultima são resultantes da interação entre os hábitos de vida da pessoa e os obstáculos impostos, poderão estender-se e alcançar o espaço das escolas e eliminar ou reduzir esses obstáculos do ponto de vista cognitivo. De fato, assim como o meio físico e a arquitetura das escolas não foram planejados para acolher alunos em cadeiras de rodas, o âmbito cognitivo das escolas não esta, no geral, preparado para o ensino de pessoas com deficiência intelectual integrada as normais.

METODOLOGIA

A pesquisa se deu através da aplicação de questionários para professores do ensino fundamental em quatro escolas da rede pública municipal de ensino da cidade de Açailândia Maranhão. Algumas considerações a respeito da infraestrutura das escolas também foram levadas em consideração na pesquisa, tomando como referência o pensamento de Demo (2001) sobre o analista qualitativo, estamos convictos de que o pesquisador, numa busca qualitativa em etnomusicologia, deve observar tudo o que é ou não falado, tocado ou cantado, pois muitas vezes os gestos, o balançar da cabeça, a expressão corporal e facial dos informantes, o vaivém das mãos e tudo que ocorre no campo durante uma pesquisa pode estar imbuído de sentido e expressão.

O método de pesquisa utilizado foi o qualitativo. De acordo com Oliveira (2000), o método qualitativo “sempre” foi considerado como método exploratório e auxiliar na pesquisa científica. Os resultados foram pautados no mesmo método.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desenvolvidos no questionário pelos professores concluíram que nem todos os professores entrevistados se consideram aptos para lecionar numa sala que tenha alunos com necessidades especiais, uma vez que as salas de aula costumam não ter acessibilidade e ainda a superlotação atrapalha o trabalho individual com cada aluno.

Nas observações feitas, constatamos que alguns alunos com dificuldade de concentração e que precisam de espaço organizado, rotina, atividades lógicas e regras. Como a sala de aula tem muitos elementos – colegas, professor, quadro-negro, livros e materiais, focar o raciocínio fica ainda mais difícil. Por isso, é ideal que as aulas tenham um início prático e instrumentalizado. Segundo Maria Tereza Eglér Mantoan, doutora e docente em psicologia da Unicamp.

. “Não adianta insistir em falar a mesma coisa varias vezes não se trata de reforço, ele precisa desenvolver a habilidade de prestar atenção com estratégias diferenciadas para, depois, entender o conteúdo”.

Conforme Resolução CNE/CEB n.4/2009, art.12, para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial. O professor do AEE tem como função realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar a escolarização, considerando as habilidades e a necessidade específica dos alunos público alvo da educação especial.

A maioria, aparentemente apresentava deficiências que afetavam a aprendizagem na escola, além de algumas ser diferentes em percepção social, capacidade para dizer as horas, distinguir entre direito e esquerdo, orientação e direção, entre outros.

Ao refletirmos sobre a prática docente, sabemos que ela se constrói em seu cotidiano, ou seja, a experiência vai além dos cursos de formações, mesmo sabendo que é indispensável para o crescimento profissional. É importante lembrar que o aluno na classe regular não é o suficiente para troca de saberes. É preciso acreditar e aceitar os desafios lançados no cotidiano escolar.

CONCLUSÃO

A falta de uma formação pautada na diversidade tem sido o maior desafio dos professores em relação à educação inclusiva, embora existam medidas e programas que estão tentando sanar essa problemática, o avanço ainda é muito tímido, deixando o professor cada vez mais atarefado e menos preparado para lidar com esse aluno com necessidades especiais, uma vez que a inclusão não existe nesse modelo de ensino pautado somente na aula convencional.

Viver em um mundo inclusivo é estar com o coração aberto podendo compreender o próximo como a nos mesmos, sendo solidário e acolhedor, mas é importante lembrar que viver a inclusão em sociedade não significa direcionar um olhar piedoso, é estar aberto para as diferenças existentes. Algumas pessoas limitam e pensam que a sociedade inclusiva é apenas valorizar a diversidade humana e aceitar as diferenças individuais, e esquecem que aprendemos a viver e a valorizar a vida e enxergar as diversas oportunidades para todos sem desigualdade.

A escola e a família possuem um papel fundamental na construção do conhecimento e essa parceria é suma importância para que as crianças possam se desenvolver de forma satisfatória. É ainda, através dessa parceria escola/família, que a criança poderá vivenciar situações que lhes possibilitem um maior aproveitamento no sentido de serem também construtores desse saber. Por outro lado, o professor também terá um retorno positivo desse convívio dos pais na escola, uma vez que a criança fortalecida pelos laços familiares absorve melhor o conhecimento.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

OLIVEIRA, A. A.S. (2004). Formação de professores em Educação Especial: a busca de uma direção. In: MENDES, E. G., ALMEIDA, M.A. e WILLIAMS, L.C. A. (org.). Temas em Educação Especial. São Carlos: EdFSCar, p. 239-244.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas: Papirus, 2001.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão promove a justiça, 2005. Disponível em:
<<http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/inclusao-no-brasil/maria-teresa-egler-mantoan-424431.shtml>> Acesso em: 02 de dez 2015.

CALEGARI, C. Resolução CNE/CEB N ° 4/2009, Disponível em :
<<http://aeeemfoco.blogspot.com.br/2012/07/resolucao-cneceb-n-42009.html>> Resolução CNE/CEB N°4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de Outubro de 2009, Seção 1, p. 17. Acesso em 01 de Jul. 2012.

ALMEIDA, R.S.M. A escola inclusiva e os alunos com deficiência intelectual. Disponível em <http://angelman.org.br/a-escola-inclusiva-e-os-alunos-com-deficiencia-intelectual/#>. Acesso em Blog Inclusão Social, 12 de Fev. 2016.

CALEGARI, C. Educação especial com olhar nas políticas públicas . RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. Disponível em <http://educacaoespecialpoliticaspublicas.blogspot.com.br/2011/10/resolucao-cneceb-n-042009.html> Acesso em: 24 de outubro de 2011.

APAE de Limeira. Sobre a Deficiência Intelectual. Revista de Deficiência Intelectual. Ano I. Número 1. Julho/Dezembro 2011. APAE de São Paulo, SP.
< http://www.apaelimeira.org.br/?page_id=301> Acesso em: 03 de Fev. 2016

AMPUDIA, R. O que é Deficiência Intelectual. 2011. Nova Escola.
<<http://revistaescola.abril.com.br/formcao/deficiencia-intelectual-inclusao-636414.shtml>. Acesso em: Agosto de 2011.

GIRARDELO, G. Distúrbio de aprendizagem e transtorno escolar. 2008. Gazeta Digital, São Paulo, 05 abr. 2008. Disponível em
<<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/imprimir/secao/60/material/173510>>. Acesso em: 06 de novembro de 2015.

JOHNSON, Doris J. e MYKLEBUST, Helmer R. **Distúrbios de aprendizagem, princípios e práticas educacionais**. São Paulo, pioneira/ Edusp. 1983.



LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL: Lei nº 9.394 de 20/12/1996. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 4º ed.

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. **Metodologia científica, planejamento e técnicas de pesquisa**: uma visão holística do conhecimento humano. São Paulo: LTR, 2000.

POPPOVIC, Ana Maria, **Alfabetização, disfunção psiconeurológicas**, 3º Ed. São Paulo. Vetor. 1981.

ARAUJO, M.M.C. Psicologia Escolar: pesquisa e intervenção. Em Aberto, Brasília, v.23, n.83, p.1-181, p 73, mar.2010.